

Director: António Dantas, filho

Editor: Manuel Guimarães

Toda a correspondência relativa à redacção deve ser enviada para a sua sede: Rua Dr. Avelino Germano, 62—e a relativa à administração, para a Rua de Paio Galvão, 70.

Composto e impresso na Tip. Minerva Vimaranesse
Rua de Paio Galvão

O LUSITANO

Publicação semanal

Propriedade da Empresa de O LUSITANO

O Lusitano é o periódico vimaranense de maior tiragem e circulação neste concelho.

A INCOERÊNCIA

Pelos modos hoje a incoerência passou, de defeito que era e muito reparável noutros tempos, a virtude merecedora de aplausos. E são as pessoas ilustradas, as que vaidosamente se denominam intelectuais, aquelas que dão mais vivos e sensíveis exemplos de incoerência.

Ainda há poucos dias vimos num jornal de larga tiragem e de miuda informação um caso que, pela sua impressionante contradição, merece duas linhas de referência crítica.

Num artigo, aliás bem composto, subordinado ao título *Pessimismo*, aludia à mania hoje tam geral de dizermos mal do que é nosso, e de exaltar-mos o que é de fora.

Sob esta ordem de ideas escrevia o articulista: «A França luta há anos com um mal desconhecido entre nós, felizmente. O senado daquêle país examina agora uma proposta de lei que tenta remediar, traz atemorizados os estadistas franceses como a pior das calamidades. Trata essa lei de reprimir a propaganda maltusiana e os seus resultados».

Leram bem os meus presados leitores?

Pois agora atentem bem no que lhes vou dizer.

Esse jornal, que qualifica como a pior das calamidades a crise da despopulação, é precisamente um daqueles que mais empenhados andam em transportar para a nossa nação essa calamidade, publicando anúncios e reclamos da mais ascorosa immoralidade.

No mesmo número em que em fundo vinha o referido artigo, na secção dos anúncios enxergava-se, em lugar e tipo bem visíveis, a exposição dos efeitos certos e seguros duma droga cujo fim é frustrar o efeito da fecundação ou esterilizar a fêmea.

Custa a crer numa contradição tam evidente. Numa coluna está o jornal a louvar-se de em Portugal não haver abusos criminosos como em França, e noutra coluna emprega toda a sua lãbia para que entre nós se introduzam tais abusos.

Dum lado está o moralista austero a condenar as nequicias abomináveis e a indicar o recto caminho a seguir; e do outro está o industrial ganancioso que na aquisição de lucros não olha à qualidade de meios.

E talvez julguem os meus leitores que o immoralissimo anúncio veio nalgum desses jornais que já em toda a parte são conhecidos pela sua venalidade e corrupção? Não; o jornal não é católico, mas é dos que no campo da indiferença religiosa goza de mais elevada cotação. É um daqueles que, segundo o seu modo de ver, mais tem lidado por educar o povo e elevar a mentalidade da nação.

Que revela tudo isto?

É que fora da idea religiosa não é possível a nossa regeneração.

Estamos profundamente decadentes e visivelmente resvalamos para uma ruina total. E não há outro meio de ressurgirmos, senão o afervoramento da idea religiosa; porque, a faltar esta idea altamente moralizadora, os caracteres deprimem-se e o homem toma todas as aposturas que as suas conveniências, os seus interesses e os seus caprichos lhe aconselhem; não tem firmeza de princípios nem de convicções. Se de manhã disser que sim, à noite já é capaz de dizer que não. Se hoje sustenta umas teorias honestas e morigeradoras, amanhã por uma qualquer influência não tem pejo de as contradizer com outras inteiramente contrárias.

Dêsses homens que, por uma estólida vaidade, se ostentam livres pensadores ou indiferentistas confessos, onde se poderá encontrar sequer um só, cuja vida não seja um rosário de contradições ou uma enfiada de inconsequências? Ora com homens desta estofa não pode haver progresso.

Os factos aí o estão a mostrar todos os dias com uma evidência que não pode ser obscurecida. O que elles procuram em primeiro lugar é o seu interesse, satisfazer as suas ambições, lisonjear as suas vaidades. Fora disto não podemos contar com elles para coisa nenhuma.

P. A.

Ser monárquico

Há dias, para aclarar uma frase aqui por nós escrita, um funcionário, no desempenho de uma missão oficial, dirigiu-nos esta pergunta à queima roupa: —Então v. é monárquico?

Muito naturalmente e com a lialdade com que sempre costumamos responder às perguntas que nos são dirigidas, declinamos o partido político a que amanhã, chamado à urna, daremos o nosso voto, visto que —já aqui o dissemos— não somos republicano, nem nunca o poderíamos ser neste país onde só é considerado republicano quem pertencer ao partido democrático, quem der vivas ao sr. dr. Afonso Costa e quem disser que agora, com o actual governo, correm as coisas nacionais às mil maravilhas.

Não nos merece o menor reparo a pergunta, não só pela solenidade do acto em que nos foi feita e pela delicadeza, correcção e seriedade que a acompanharam, mas também pelas altas funções e pelo cavalheirismo, honestidade e nobre conducta que desde os primeiros momentos notamos na pessoa que nos a fez.

Sugere-nos, porém, umas considerações a que não nos furtaremos, sem com elas querermos agora responder de forma diferente à primitiva resposta dada, nem tampouco querermos aludir ao cavalheiro que nos interrogou, para o qual nos atrai uma viva simpatia—coisa muito natural, pois nunca deixamos de simpatizar com indivíduos que, como elle, nos infundem respeito e consideração pela rectidão do seu porte e pela delicadeza das suas palavras.

A palavra monárquico em Portugal é uma palavra severamente condenada e, segundo os desejos de muita gente, ella existia sómente no dicionário como vocábulo explicativo de que monárquico se diz dos países onde ainda existe a monarquia ou dos homens desses países, mas nunca seria pronunciada pelos

portugueses com a agravante, de mais a mais, de servir para demonstrar que em Portugal, a dois anos e meio de república, ainda existe gente monárquica.

Tal não acontece e não acontecerá —também já o dissemos há muito tempo e temos visto realizar-se a nossa previsão— enquanto uma completa transformação de costumes e uma radical mudança de tática administrativa e governativa se não operarem no nosso país, e enquanto que a moralidade e o patriotismo não substituirem a vaidade e a ambição dos governantes.

Pode o sr. dr. Afonso Costa apregoar, em berrantes frases, gastando eloquência à farta, a infalibilidade do seu elixir de salvação nacional;

Pode o sr. dr. António José de Almeida atirar às multidões as suas palavras suaves e atraentes, fazendo brotar mel a jorros do seu coração sonhador, dizendo que tem fechada na sua mão, que é como quem diz no seu partido, a pedra filosofal da pacificação e do progresso do país;

Pode o sr. Brito Camacho vir dizer na praça pública, com o seu remédio em frascos elegantes e com rótulos vistosos, que esse é que é o melhor e de mais seguros efeitos, o que mais dura e o que menos dinheiro custa;

Podem todos os manes democráticos, avançados ou conservadores, gritar para aí à vontade, que o povo ouve, gosta, agita-se com o *farelório* como elle lhe chama, mas não pega—e fica-se a pensar na enorme diferença que existe entre os actos e as palavras e continua monárquico como dantes era.

Porque?

Toda a gente o sabe, só elles fingem não o saber.

A palavra monárquico, em vez de ser pronunciada com desprezo, devia merecer a todos os republicanos o mais silencioso respeito, porque, que demónio!, elles bem sabem que toda a geração portuguesa de 5 de Outubro de 1910 nasceu em uma monarquia, não sendo portanto para estranhar que ella, na sua enorme maioria, fosse monárqui-

ca à data da proclamação da república.

Depois, ser ainda hoje monárquico não é, que nos pareça, nenhum crime, tanto mais que se a Constituição é um facto e se foi feita para ser observada e respeitada, temos nela garantida a faculdade de pensarmos da forma que entendermos e termos a opinião que quizermos.

Ser monárquico, para uns é ser coerente e ser honrado e é ser cidadão livre e não besta de carga para outros.

O português que jurou fidelidade ao seu rei, e que se julga ainda preso ao juramento, porque se não convence de que o poder evolutivo da revolução dele o desobriga, pode ser criticado e perseguido se elle é simplesmente monárquico?

O português que não *adesivou* para não sofrer as chulices de certos cidadãos e gazetilheiros republicanos, que não dá vivas ao sr. dr. Afonso Costa porque viu, com máguia, que elle parecia um e saiu outro muito diferente, que não segue o sr. dr. António José de Almeida ou outros caudilhos porque os seus actos ainda o não edificaram e continuam no campo neutro, embora do lado monárquico, podem ser por tal facto insultados, perseguidos e vexados?

Não, evidentemente, e repetimos: ser monárquico é ser coerente e ser honrado para os primeiros, ser cidadão livre e não besta de carga para os segundos.

Quem tem contribuído, de forma assás medonha, para que uns se conservem fieis aos seus juramentos de fidelidade ao rei e outros se encontrem em uma desoladora e indiferente espectativa, são os republicanos que se convenceram de que um português, descendente dos antigos heróis que deram fama e brio a este país, mudaria de opinião sobre o regimen governativo com a mesma facilidade com que muda de camisa.

A missão dos republicanos, após a revolução de Outubro, era muito diferente daquela que o directório do partido decretou e elles puzeram em prática com grande satisfação.

A missão dos republicanos era a de atrair e convencer os monárquicos de que deviam, para bem da nação, pôr de parte as antigas ideas e abraçarem as novas como mais consentaneas com a evolução dos povos modernos e mostrarem, por actos de desinteresse pessoal e pela ausência de ambições de chefaturas a que antigamente se chamava *penacho*, que só o engrandecimento de Portugal e a felicidade do seu povo os preocupava.

Fizeram-no?

Viu-se e ainda se vê, infelizmente.

Quizeram obrigar pela força os monárquicos a fazerem-se republicanos, isto é: a dobrarem o joelho diante da república, mas convenientemente afastados dela porque a república, segundo a sua louca presunção, era deles e só para eles, e todos aqueles que tiveram a hombridade de fazerem valer a sua dignidade de cidadãos livres, de um país livre, foram perseguidos, muitos encarcerados, cuspidos e vilipendiados.

O resultado foi o que fatalmente tinha de dar-se.

Os republicanos ficaram sós e os monárquicos continuaram no seu lugar.

Se, pois, acusam o povo de não simpatizar com a república, de quem é a culpa?

Dos republicanos que, em vez de procurarem convencer, quizeram doidamente obrigar, e em vez de procurarem atrair, trataram de perseguir.

E', pois, em Portugal, crime ser monárquico?

Não. E', ao contrário, uma virtude, porque ser monárquico é ser sério, ser honrado, ser coarente e ser forte.

Não é, em face do exposto, para admirar que o "Lusitano", se conserve ainda no campo independente.

Quando appareceu foi recebido pelos republicanos á pedrada e apodado de adepto do sr. Paiva Concelho e éle, que vinha bem animado de boa vontade de cooperar na pacificação e bem estar do povo, recuou muito naturalmente até ao campo onde se encontra.

Porque?

Porque os republicanos não procuraram convencê-lo, mas obrigá-lo, de navalha em punho.

O endireita de Cacilhas

E' irrisório o faceto espectáculo que nos oferece o endireita dos desconjuntados ossos financeiros, com o seu edificante e sensacional processo de tentar endireitar o que é torto de nascença.

O demo do homem sempre teve uma ideia tam luminosa que nem o mais sábio Esculápio a pensaria!

Pensou éle, e pensou muitíssimo bem, que a applicação de uns cáusticos contributivos no dorso do pobre Zé pagante deveria atenuar a dor e produzir uns superiores efeitos no alijado deficit, que surge cada vez mais pavoroso, apesar de todos os cuidados que lhe são dispensados pelo nobre e altivo endireita de Cacilhas.

Assim, descobriu o homenzinho a respeitabilíssima e causticante lei predial, que obteve a aprovação forçada pelo seu despótico carácter de flagelador dos povos.

Essa satirica lei predial vai ser applicada e os resultados, com grande gáudio dos sapientísimos desordeiros, ajudantes do endireita, devem ser dum resultado benéfico e salutar.

O pobre Zé pagante, a quem ainda lhe resta a pele, ficará dela despojada, porque virá junta a esse eficaz e consolador remédio que o amigo do povo manipulou na sua botica democratico-financeira.

E ainda há tratantes que regateiam, a esse protector do povo, as honras merecidas pelo seu nobre empreendimento.

Patifes! O senhor endireita,

revestido de todos os conhecimentos indispensáveis a um escalpelista, não olvidará a necessidade que o povo tem de ser conduzido á ruina pelos seus deslumbrantes processos, que estão em directa harmonia com as suas afirmações quando, (então era um simples apóstolo da democracia,) em discursos impregnados de dulcíssimas palavras prometia ao povo o alívio dos sobrecarregados impostos que o depenavam.

O senhor endireita, pode o povo disso ficar certo, não trepidará perante a ideia de despejar as vossas miseráveis bolsas e salvar a sua honra de homem consciencioso e muito amiguinho dos seus compatriotas.

E quando elas nada contemham, o seu espirito perspicaz saberá descobrir o meio de adquirir a mezinha salvadora dos seus créditos.

A sua amizade ao povo é manifesta e se lhe não despiu os ossos das carnis vestes, éle o fará, e sem espaçosa demora.

Pode crer que possui raras habilidades, já bem demonstradas na lei de separação e tantas outras para promulgar decretos que nos levarão ao cúmulo da felicidade!

Não pense o povo, esse bom povo que assiste inátime ao desfazer da sua tenda, que o grande e nobre vulto da politica portugueza, olvidou as firmes e inabaláveis asseverações feitas quando havia necessidade de adquirir elementos para a revolução que deveria proclamar, neste hoje país de fadas, o regimen governativo republicano.

O senhor endireita, elevado ás culminâncias do poder onde sustenta a pezada pasta das finanças, que lhe servirá de sudário, um dia tombará á irresistível atracção desse poderoso fluido magnético a que chamaremos vaidade e malevolência.

Quando somos levados a recordar o tempo comiceiro em que era prometida ao povo uma mudança radical nos processos governativos, em que ao povo se dizia que a par duma honesta administração, uma sensível redução nos impostos que o martirizavam se sentiria, e presenciamos a actual situação financeira em que o povo é colectado em absorventes tributos para equilibrar um deficit que nasceu com a república, em que se violenta a aprovação dum projecto de lei que só trará ao país, não a felicidade almejada, mas talvez uma angustiosa e cadênciã, somos obrigados a dizer que o carácter desses homens, que tantas venturas predisseram, é o mais vil e despótico que existe no orbe terrestre.

Hoje que elevado foi ás cadeiras governamentais um dos mais sábios financeiros portuguezes, que sempre proclamou, nos tempos omnosos, a necessidade imperiosa que havia de depor a monarchia por ser um sorvedouro dos dinheiros públicos, que só tributos lhe lançava sem se importar com as suas necessidades, nós vemos enveredar esse homem pelo nefasto caminho que sempre condenou.

A lei predial, embora surjam por todos os becos panfletos dados á luz da publicidade pelos ajudantes arruaceiros do autor da lei, em que pretendem convencer o público de que esse decreto, bem longe está de ser o martírio da plebe, pois dizem eles só sobre-carregar os grandes proprietários, é um cáustico que será assente não só no dorso do grande, como no do pequeno.

Não se deixe o povo iludir pelas mentirosas afirmações desses trapaceiros que só pretendem defender os créditos do grande mestre da desordem.

A lei é má como se verá depois de applicada.

O que o senhor endireita pretende é equilibrar o deficit com o sacrificio do povo.

Etellónio.

Visão noturna...

Tive a noite passada uma visita em sonhos de uma visão de amor. Tam bela que da vida entre os vergeis risonhos jamais a meu olhar sorriu tam bela flôr!

Se a visses... com a graça olímpica e suave de um cén primaveril... com seu colo de cisne e garridices de ave compondo no seu ninho uma canção a abril,

se a visses com a paz do sol agonizante na palidez do olhar; cuidaras ter defronte a Beatriz de Dante!... e houveras como eu de logo, logo a amar!

Brincava-lhe nas mãos a cõr enfeitada das neves inverniaes, nos lábios o pudõr sangrento da alvorada a desflorir no mundo as estrelas de corais...

Se a visses!... pela fronte em rõiõ as louras tranças caías ao desdém, iguais na fresquidão ás de essas virgens mansas que brincam com Jesus nos páramos do Edem,

dir-lhe ias como eu:—Quem és ó fada errante, casta visão de luar? és porventura, dize, a Beatriz de Dante?... e houveras como eu de logo, logo a amar!...

E ela magnetizando os lábios de um sorriso doce como o setim, poisou-me sobre a fronte um ósculo indeciso... e em diamantina voz me suspirou assim:

—Não sabes quem eu sou? olha-me a forma airosa...

olha-a com atenção... contempla o meu cabelo a rescender a rosa... e as minhas brancas mãos! não me conheces não?

Chega-te bem a mim... alegre, sem receio! applica o ouvido aqui... não ouves uma voz a alvoroçar-me o seio, como de coração a suspirar por ti?!

Anda; dá-me também, amigo, um beijo ardente, que to não leva a mal esse Anjo que no mundo amas tam doidamente e cuja imagem sou perfeita e virginal!

Quando acordei já ao longe o rubro sol, risonho, jorrava sobre a terra ondas de claridade... O sonho evaporou-se... e eu lembrando o sonho senti descer-me á alma o Génio da saudade!

Uma saúde casta e indefinida e ingente como o gema do mar, como a amplidão do céu... Depois, quasi a chorar, inconscientemente, balbuciei, Mariana o doce nome teu!.....

Guimarães

Elpis.

O ALFREDINHO

Nas suas liérias para o Trapo diz o Alfredinho, nosso pindárico e impagavel patricio:

«Lembras-te, Rosa?!...»

Foi uma noite dessas que eu e tú, muito unidos no escuro e junto a uma austrialia de grande copa em tóldo, tomamos, como um vinho picante de tentação, o nosso primeiro beijo.»

No tempo das austrialias de grande copa em tóldo do Campo da Feira?...

Mas nesse tempo ainda o menino andava de babeirol.

Safu-nos um ratão o Alfredinho!

En un clin d'oeil

E' espantoso o número das nossas principais familias que entregam, esperanças em resultados opimos, a educação de seus filhos a professores de outras nacionalidades. Principalmente, após a mudança do regimen e o decreto da laicização das escolas, officiaes e particulares, inúmeras crianças portuguezas da mais rica e fina estirpe estão recebendo de estrangeiros o ensino e os princípios básicos da vida nacional e doméstica, sem que os pais, ao de leve, atentem nos enormissimos inconvenientes e nas funestas consequências que uma educação assim arrasta para as familias que amanhã seus filhos constituam, bem como para a Pátria.

Não lhes perpassa pelo espirito que o amor pátrio, longe da terra-mãe, vai arrefecendo; que, com a convivência de outros povos, não só virtudes se adquirem, mas hábitos e vícios que estiolam uma raça; que a nossa querida e linda língua será desprezada ou pelo menos maltratada com imperfeições sem conta; e que a poesia,

que encanta e vivifica todo e qualquer pedaço da nossa terra bendita, não será apreciada nem entendida, quando um dia a contemplem...

Tempo virá, a continuar-se a trilhar este mau caminho, que Portugal mais se assimilhe a uma França, Bélgica ou Inglaterra que ao ninho de tantas intellectualidades que assombro causaram ao mundo, falando e escrevendo esta rica e doce língua, como: Camões, Castilho, Garret, Vieira, Camilo, Herculano, João de Deus e tantos outros... E tudo isto, porquê? Triste é dizê-lo! Porque não temos portas adentro um colégio que satisfaça plenamente, que a par das letras e das sciências inculca no coração dos educandos a sã moral. Se esta e aquela casa zelam escrupulosamente o cultivo da intelligência, descuram o aperfeiçoamento dos espiritos; se aquel'outra cuida com ardor de enriquecer com sublimes virtudes os corações juvenis, esquece, todavia, o desenvolvimento do intellecto. E ver-se há a confirmação do que afirmamos mais flagrantemente, se atendermos ás casas de educação de meninas; quando é certo que a formação destas requer muitos mais esforços e atenções.

Daí a necessidade urgente e imperiosa da criação dum colégio que, olhando com interesse pela educação física e intellectual das crianças, se não descuide da formação dos seus espiritos.

E felizmente, em breve o teremos em Guimarães sob a designação de «Colégio de Santa Maria», graças á iniciativa patriótica, altruista de alguns vimaranenses que a tempo se compenetraram dos grandes males que essas educações, completamente antinacionais lá fora, e bastante imperfeitas cá dentro, vão produzindo no povo portuguez.

Será um colégio modelar e rival dos mais conceituados e progressivos do estrangeiro, não só por ser instalado num palacete de construção moderna, inundado de ar e luz e retirado do bulício da cidade a olhar as belezas dos arredores do concelho, como também por dispor dum corpo docente o maismeticulosamente escolhido, composto por senhoras portuguezas dum acrisolado carácter e competíssimas nas artes, sciências, letras e mais misteres, imprescindíveis para uma sólida e cabal educação.

Casa em tam excelentes condições não deixará, certamente, de merecer a preferéncia de todas as familias que desejam a suas filhas uma educação perfeita e puramente nacional.

Estes os nossos presentimentos que esperamos ver um dia, não longe, realizados.

M.

Dr. António José de Almeida PROTESTAMOS

Foi ante ontem assobiado nas ruas do Pôrto, dessa cidade de tradições nobilíssimas de hospitalidade, de trabalho e de ordem, o chefe do partido evolucionista sr. dr. António José de Almeida.

Protestamos contra esse facto com a mesma veemência com que protestamos também aqui contra os enxovalhos feitos, nas mesmas ruas e talvez pela mesma gente, aos prêsos políticos, como protestariamos amanhã se o alvejado fõsse o sr. Afonso Costa.

O que se passon no Pôrto denota auséncia de educação, de sentimentos e de civismo por parte dos individuos que cometeram tal desacato e, muito longe de atingir o sr. dr. Almeida, porque este, por esse facto, não deixará de ser o que é, vai dar em cheio sobre esses mesmos individuos e, o que é profundamente lamentável, sobre uma cidade que não tem culpa dos actos de alguns exaltados.

E' nova esta fórmula de fazer política em Portugal—insultando e assobiando os dos campos opostos—fórmula retintamente democrática, pois só dêsse lado é que a temos visto usar.

Não é com actos dêsstes que se dignifica um partido, nem que se fomentam os créditos da república.

Isto, lá fora, deve dar uma nota bem triste da desordem que cá dentro existe e dos elementos que a provocam.

O sr. dr. António José de Almeida devia ter passado ante ontem nas ruas do Pôrto entre o silêncio dos seus adversários e as manifestações dos seus amigos.

Pena é que assim não fosse; e por que assim não foi, protestamos.

Palavras de Samartine

«Vós tereis creado uma república imorredoura, desde que ponhais no vosso govêrno tudo o que o tempo contem de verdade e tudo o que o Evangelho encerra de caridade.

Do coração, do coração, e sempre do coração, pelo povo! As grandes civilizações veem daí, porque as grandes civilizações não são senão grandes virtudes.

Vou dizer-vos o único meio que existe de fundar uma república duradoura.

E' preciso que essa república pertença a todo o mundo e não apenas a alguns: á nação e não a um partido. E' preciso que essa república seja a comunidade dos direitos, dos interesses e das opiniões de todos aqueles que têm os pés sobre o sólo da pátria. Fora disto não pode haver salvação, ou pelo menos a paz para a república.

E não é difficil comprehender isto. República quer dizer coisa pública.

Coisa pública quer dizer coisa de cada um.

Se a república não fôr, com efeito e na proporção justa, a coisa de cada um, ella não é nunca uma república. E' um monopólio, quer dizer, a propriedade particular de alguns em prejuizo de todos. Chama-se a isso um privilégio, e todo o privilégio, para se defender, tem necessidade de construir á sua volta uma tirania. A república, se dela fruides um privilégio de opinião, será, pois, uma tirania de alguns contra todos, em vez de ser a liberdade.

Tal tirania terá, naturalmente, por inimigos legítimos todos aqueles que ella ponha fora do direito e da liberdade geral das opiniões.

Ora como está na natureza dos monopólios e das tiranias o cercarem-se, o restringirem-se, o fortificarem-se sempre por exclusões e por depurações cada vez mais violentas e insolentes, o que advirá daí? Advirá que, ao cabo de bem pouco tempo, os republicanos privilegiados tenham posto fora da república agora este, porque é suspeito de monárquico e legitimista; logo aquele porque se imagina demasiadamente republicano; este porque é rico, aquele porque é pobre; tal porque é padre, tal porque foi nobre; tal porque é banqueiro, tal porque é proletário; tal porque é de honrem, tal porque é de hoje, etc.

E o que acontecerá á república quando os republicanos privilegiados hajam posto toda esta gente fora da república? Um govêrno de minoria. Quer dizer, um govêrno do pequeno número contra o grande número. Doutra maneira: uma parte contra o todo. Ainda doutra forma: uma facção contra uma nação.

E agora pergunto-vos eu: pôde durar um tal govêrno?

A história e o bom senso vos ensinarão a responder sem indecisões.

Não!

E eis porque um govêrno da minoria só podia existir mediante duas condições: ou sob a forma

PASCOA DE 1913

Depósito do Pão de ló de Margaride

O VERDADEIRO DE D. LEONOR

ENCONTRA-SE NA

CASA PATRÍCIO

Praça de D. Afonso Henriques (ANTIGO TOURAL)

GUIMARÃES

Esta casa é uma das que foram escolhidas, pelo actual fabricante do legitimo **PÃO DE LÓ DE MARGARIDE**, para um dos seus representantes nesta cidade, não só pelo local em que se encontra situada, como, e muito principalmente, pelo zelo como trata do artigo.

Na **MERCEARIA E CONFEITARIA PATRÍCIO** também se encontra um variado sortido de caixas de **bombons** e muitos outros objectos de fantasia próprios para esta ocasião, Vinhos brancos especiais, Fiambre, Queijo da Serra e Flamengo, etc., etc.

Também acabam de chegar os magníficos presuntos e salpicões trasmontanos e diversos outros artigos desta região, aos quais o seu proprietário pode fazer preços sem competência por ter ali uma casa que lh'os fornece em condições muito especiais.

AO PATRÍCIO

que vende doces que não amargam.

Pão de ló de Guimarães

(QUALIDADE MARGARIDE)

Maria Varandas, antiga fabricante do especial pão de ló de Guimarães, pede aos seus Ex.^{mos} Freguezes para preferirem a sua casa, na certeza de que continuarão a ser servidos como antigamente, porque o seu fabrico é perfeitissimo e esmerado.

Recebe e satisfaz todas as encomendas.

Casa Varandas

RUA DO RETIRO

de governo militar, com o prestígio de uma conquista incessante e de uma glória imensa retemperada todos os seis meses no sangue dos campos de batalha, como o governo de Napoleão, durante o império; ou, sob a forma dum governo atroz, sob o terror quotidiano do cadafalso, das proscrições e dos suplícios, como sob Robespierre.

Um governo militar é impossível com a república, porque no dia em que a nação se transforme em exército geral tomará um general para a chefia. E no dia em que esse general possua a confiança de um milhão de soldados que tenha conduzido à victória coroar-se há da sua glória e a liberdade estará perdida.

O governo atroz de Robespierre não é um governo, é um suplício nacional. E' o assassinio constituido. E' a ditadura do carasco. E' o terror no espirito público. O sangue grita, a humanidade revolve-se, as victimas têm vingadores; o cadafalso devora sempre os que o erguem. O governo que ergueu o cadafalso por arma caiu na maldição do país e do género humano. A causa que elle sustentou ficou desonrada.

Todo o governo de minoria é, pois, impossível.

O que se segue daí?

Que ou fazemos um governo de maioria ou estamos em perigo».

Lamartine.

(O conselheiro do povo, edição portuguesa).

Paga e não bufes

O Sindicato Agricola de Abrantes distribuiu um manifesto sobre a contribuição predial.

O ministro do Interior ordenou immediatamente a todas as autoridades administrativas do país que o façam apreender, prendendo os seus autores e distribuidores que estão incursos na lei de 30 de abril de 1912.

Isto é uma santa pândega!

Paga Zé-burro, anda!

E tem muita cautelinha, quando não vais para o estarem.

Anda, dá vivas ao sr. Afonso Costa.

A policia

Está procedendo à sindicância ao corpo de policia civil desta cidade o tenente de artilharia e sub-inspector da policia civil do Porto Ex.^{mo} Sr. Julio Ferreira da Silva Alegria.

Por este motivo cessamos as considerações que sobre a policia vinhamos fazendo até que o Ex.^{mo} sindicante conclua os seus trabalhos.

Festa da Árvore

No passado domingo realizou-se nesta cidade a festa da árvore, que decorreu na melhor ordem.

Daqui enviamos os nossos parabens à illustre e virtuosa directora do Colégio de Nossa Senhora da Conceição (Campo da Feira) por incorporar as meninas no cortejo com a rica bandeira que ostenta uma soberba imagem da Virgem.

Os outros colégios deviam ter feito o mesmo, pois, decerto, notaram como ficava bem a tela da Imaculada entre os petizes.

Colégio de Santa Maria GUIMARÃES

Brevemente abrirá este estabelecimento de educação e ensino no palacete da Madroa.

Todas as familias que pretendam inscrever suas filhas, podem desde já fazê-lo nos estabelecimentos de modas, ao Toural, dos ex.^{mos} srs. Camilo

Alves de Almeida e Oliveira e Silva, ou dirigirse à ex.^{ma} sr.^a D. Emilia de Jesus Moreira da Rocha, rua de D. João I, 19.

Anúncio Arrematação

2.^a Publicação

No dia 30 do corrente, às 11, 30 horas, à porta do Tribunal Judicial, desta comarca, sito na rua do Gravador Molarinho, desta cidade, em virtude de carta precatória vinda da comarca de Vila Nova de Famalicão, e extraída dos autos de execução hipotecária em que é exequente António Augusto Ferreira Dias, solteiro, maior, proprietário, da mesma comarca, e executados José Ribeiro Barbosa e mulher Maria Gomes de Aranzo Coelho, proprietários, da freguesia de Riba de Ave, se ha-de proceder à arrematação, em hasta pública, ao seguinte prédio.

Uma morada de casas torres e terras com diversos compartimentos, construídas de pedra cobertas de telha e junto uma casa térrea que serve para cosinha, e ainda outra morada de casas térreas também construídas de pedra cobertas de telha com diversos compartimentos, e ainda junto terrenos a horta divididos em dois balcões, com árvores de vinho e ramadas, construídas de ferro, esteios e arame, tudo tapado por paredes e valos e fora e sobre um caminho particular deste prédio e de outros, uma ramada construída também de ferro, esteios e arame, a qual faz parte deste mesmo prédio, situada no lugar do Monte, freguesia de Ronfe, desta comarca, ignorando-se se é de natureza de praso ou alodial. Foi avaliada na quantia de 450\$000 réis e será entregue a quem maior lance oferecer acima desta quantia, ficando a cargo do arrematante metade do pagamento da contribuição de registo.

Pelo presente ficam citados quaisquer crédores incertos e desconhecidos dos executados. Guimarães, 5 de Março de 1913.

Verifiquei a exactidão.

O Juiz de Direito,

P. de Rezende.

O escrivão do 5.^o officio,
Eduardo Pires de Lima.

Anúncio

2.^a Publicação

No Juizo de Direito desta comarca de Guimarães e pelo cartório do escrivão do 3.^o officio abaixo assinado, foi proferida sentença, decretando o divórcio definitivo dos conjugues Maria José Martins e José da Silva Martins, ambos desta cidade, o que se faz público para todos os efeitos legais e nos termos do art. 19.^o do Decreto com força de lei de 3 de Novembro de 1910.

Guimarães, 3 de Março de 1913.

Verifiquei.

O Juiz de Direito,

P. de Rezende.

O escrivão do 3.^o officio,
Caetano de Faria Lima.

O LUSITANO

A casa que mais sortido tem e que mais barato vende Bicicletas acessórios, fazendas, miudezas, modas, perfumarias, bordados a péso, panos para enxovais, guarda-sóis, etc., é a LOJA DO BENJAMIM —Teural, 105.

Interesses no Brasil

O Escritório de Direito Internacional, à rua do Hospício n.º 79—Rio de Janeiro—, dirigido pelo dr. Carmo Braga, formado pela Universidade de Coimbra, com longa prática de advocacia em Portugal e no Brasil, advogado do Banco Aliança do Porto, da Beneficência Portuguesa e da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, trata especialmente de todas as questões relativas a direitos e interesses de portugueses no Brasil, inventários, habilitações, partilhas, execução de testamentos, providências para evitar a arrecadação judicial de bens e heranças de ausentes, etc. Também aceita procurações para administração de bens no Rio de Janeiro, cobrança de aluguéis, rendas, juros divididos, compra, venda e hipoteca de prédios, averbamento de papeis de crédito, transferências, etc.

Escritório Filial no Porto, dirigido pelo solicitador sr. João Fernandes Amaral, —rua da Fábrica, 78.

Para referências em Guimarães—com os srs. Fernandes & Cruz, e com os advogados drs. António do Amaral e João Rocha dos Santos.

FUNILEIRO

Manuel Ferreira da Costa

Faz e concerta toda e qualquer peça de obra pertencente à sua arte, tanto em fôlha, como zinco ou cobre.

Também se fazem gazómetros para acetilene, pulverizadores, caixões de chumbo para funerais, banheiras de todos os tamanhos e feitios, encanações de água ou gaz em tubo de chumbo ou galvanizado, assim como assentamento de retretes e suas pertenças. Tudo por preços módicos.

Rua de Francisco Agra, 31, 33.
GUIMARÃES

COMPANHIA DE SEGUROS A POPULAR

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada
FUNDADA EM 1902

Capital autorizado Rs. 500:000\$000

Telefone n.º 2460 — Enderço telegráfico: LARPOPU

Rua dos Bacalhóes, 125, 2.º

LISBOA

Correspondentes em Guimarães — PIMENTA & C.ª

Com estabelecimento de fazendas brancas, miudezas, etc.

24, Rua de Paio Galvão, 28

ATENÇÃO!

Só na Sapataria Académica à Rua Dr. Avelino Germano, 36 (antiga Rua de S. Paio) é que se encontra o calçado mais bem acabado, e por preços que ninguém ousa competir.

Garante-se a superior qualidade nos cabedais empregados nos calçados.

Trabalho, o mais perfeito, e preços muito mais económicos que em qualquer outra sapataria de Guimarães.

Uma encomenda pois, que será a prova mais cabal do quanto se afirma neste anúncio.

Colégio Académico

Rua de S. Domingos, 19

GUIMARÃES

Admite alunos internos, semi-externos e externos, para instrução primária, secundária e curso comercial prático. Alimentação abundante e bem cuidada. O resultado dos exames no presente ano lectivo foi de 50 APROVAÇÕES COM 3 DISTINÇÕES. Envia-se o programa a quem o pedir à direcção.

Os directores,

Alfredo Peixoto, médico
Luís Gonzaga Pereira.

FOTOGRAFIA MODERNA

— Rua de S. Dâmaso, 10 —

GUIMARÃES

Nesta acreditada fotografia executam-se com a maior presteza e máxima nitidez, todos os trabalhos fotográficos pelos mais modernos processos como sejam:

Retratos platina, saís de prata, etc.

Ampliações em todos os tamanhos até ao natural de qualquer fotografia por mais pequena que seja.

Retratos em porcelana, madeira e seda.

Admiráveis retratos reclame, a 400 réis a meia dúzia.

Belas miniaturas para medalhas, a 250 réis a meia dúzia.

Postais fotográficos, a 900 réis a dúzia.

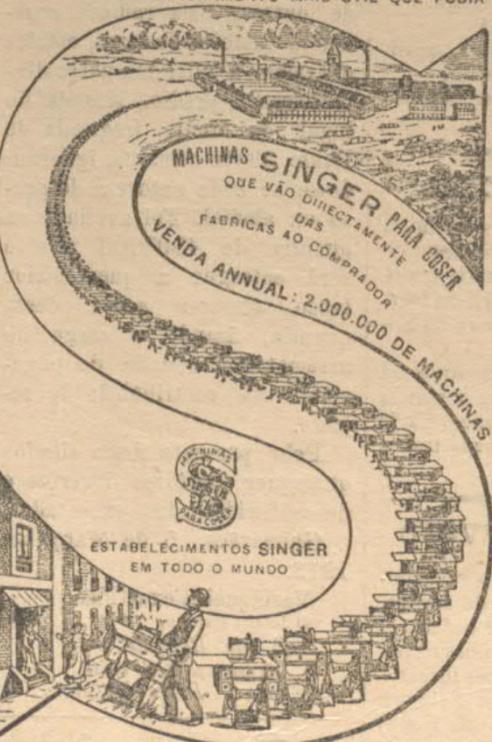
Ampliações inalteráveis de 50 centímetros, a 1\$500 réis.

Esta fotografia possui um excelente material, o que há de mais aperfeiçoado, o que permite executar todo e qualquer trabalho e com a máxima perfeição, operando com todo o tempo.

Tomam-se encomendas fora do atelier sem aumento de preço.

Prefiram este atelier a qualquer outro, pois é o único com quem ninguém pode competir em preços e perfeição.

NOVA ESTANTE DE PEDAL
COM
FRICÇÕES DE ESPHERAS D'AÇO
O MELHORAMENTO MAIS ÚTIL QUE PODIA DESEJAR-SE



MACHINAS SINGER PARA COSER
QUE VÃO DIRECTAMENTE
DAS
FABRICAS AO COMPRADOR
VENDA ANNUAL: 2.000.000 DE MACHINAS

ESTABELECIMENTOS SINGER
EM TODO O MUNDO

NÃO CABEM
JÁ NAS
MACHINAS
PARA COSER

SINGER

MAIS
APERFEIÇOAMENTOS
NEM
MECANISMO
MAIS
EXCELLENTE

MAXIMA LIGEREZA.
MAXIMA DURAÇÃO.
MINIMO ESFORÇO
NO TRABALHO.

Avenida Candido dos Reis — GUIMARÃES

O LUSITANO

Publicação semanal

PREÇO DA ASSINATURA
(Pagamento adiantado)

| | |
|------------------------------|--------|
| Portugal, Ultramar e Espanha | |
| Sem estampilha | 1\$200 |
| Ano | 600 |
| Semestre | 300 |
| Pelo correio | 1\$300 |
| Ano | 650 |
| Semestre | 300 |
| Trimestre | 400 |
| Estados U. do Brazil (ano) | 1\$800 |
| Países da União Postal | 2\$400 |
| Número avulso | 30 |

PREÇO DAS PUBLICAÇÕES
(Pagamento adiantado)

| | |
|--|--------|
| Anúncios e comunicados, por linha | 40 rs. |
| Repetições, por linha | 20 " |
| Permanentes, contrato convencional | " |
| Reclamos, no corpo do jornal, até 5 linhas, cada um | 100 " |
| Anunciam-se as publicações que o mereçam, mediante um exemplar gratis. | " |
| Anúncios, não judiciais, para os srs. assinantes, 25 % de abatimento. | " |

P. LUÍS DIAS DA SILVA

SERMÃO DA IMACULADA CONCEIÇÃO

pregado na igreja matriz de Fafe, em 8 de Dezembro de 1912; acaba de ser editado num elegante opúsculo, precedido da narração do

interessante episódio que determinou a sua publicação.

PREÇO, 120 RS.

Pelo correio 125 rs.

Pedidos à Tip Minerva Vimaranesse
R. Paio Galvão—Guimarães

O LUSITANO

I Ano

Publicação semanal de Guimarães

Num. 40

Ex.º Sr.

“O Partido Evolucionista e as forças vivas da nação,,

Conferência proferida, no Domingo passado, pelo sr. dr. Alfredo Pimenta

Aparecendo à numerosa multidão que, em Evora, se apinhava na sala do Palácio de D. Manuel, entre aplausos, o ilustre deputado evolucionista dr. Júlio Martins faz em breves palavras a apresentação do conferente, dizendo que o nome do sr. dr. Alfredo Pimenta não precisaria de apresentações, atendendo a que ele é já suficientemente conhecido e apreciado pelas suas belas e extraordinárias qualidades de jornalista e conferente. O Partido Evolucionista de Evora honrou-se com o convite que lhe fez para vir aqui fazer uma conferência, e em seu nome lhe agradece a sua gentileza. Vai a assembleia ouvir a exposição da sua doutrina, e está certo de que o sr. dr. Alfredo Pimenta mais uma vez demonstrará, a par de uma inteligência forte, a cultura invulgar de um espírito robustecido pelo estudo, marcando um valor autêntico na banalidade e na ignorância do nosso meio, em geral.

Agradecidas as palavras do seu querido amigo dr. Júlio Martins, saudada a bela cidade de Evora, cheia de tradições e de encantos, e feita da sua própria pessoa uma ligeira e oportuna apresentação, o sr. dr. Alfredo Pimenta, no meio de um silêncio completo, começa a sua conferência, cortada nas suas passagens mais significativas, de quentes e prolongados aplausos:

O Partido Evolucionista

O Partido Republicano Evolucionista não é a obra arbitrária de um homem nem o produto casual de um grupo de homens. É, como já no banquete da rua da Palma disse, o resultado de um movimento instintivo de defesa e conservação da sociedade portuguesa. Jogada entre os esforços do Passado que tentava ressuscitar, e as intempestivas inconveniências de uma Demagogia que arriscava subverter tudo quanto de bom se fizera, a sociedade portuguesa quasi que inconscientemente gerou o que se chama hoje o Partido Republicano Evolucionista. Desaparecidos os homens que hoje constituem a sua elite dirigente, nem por isso o Partido Evolucionista desapareceria, porque a sua razão de ser está na alma da nação, e a base estrutural da sua existência encontra-se no que constitui a estrutura da alma nacional. Quando se fez a República em 5 de Outubro, devido a um fortuito capricho do Destino, a uma misteriosa conjugação de elementos e condições, o responsável directo por essa obra, era o velho Partido Republicano. O velho Partido Republicano era uma minoria insignificante no meio da nação inteira. A estatística dos nossos actos eleitorais esclarecida pela estatística dos eleitores que na eleição das Constituintes apareceram, demonstra exuberantemente que eramos, de facto, uma reduzida minoria no seio da nação. Tínhamos um Programa, o Programa de 1891, obra ideológica de teóricos, que a nação ainda não sancionara, sobre que a nação não fôra consultada.

Quando chegamos ao poder em 5 de Outubro, levavamos uma enorme bagagem de negações e, em

materia constructiva e positiva, esse simples e teórico programa. Chamados pela Revolução, a dirigir, superiormente, os negocios do Estado, vamos nós executar o Programa que para nós fizemos e sobre que a Nação não fôra ainda ouvida?

É na resposta a esta pergunta que se explica e se encontra o desmembramento do velho Partido Republicano. Ele findou em 5 de Outubro. Dissolveu-se, porque passava a haver a *nação republicana*. E uns entenderam que podíamos impôr à nação o velho programa de 91. Outros entenderam que devíamos começar por conhecer a nação, e saber o que ela queria. Porque já antes da República eu pensava que precisávamos de fazer uma república para a nação e não criar à força e des-temperadamente uma nação para a República que inventávamos, é que eu naturalmente me encontro onde estou e junto daqueles que pensam do mesmo modo que eu pensava. Não foi a simpatia pessoal que nos uniu: muitos de nós não se conheciam pessoalmente. Foi a simpatia de ideias, a uniformidade de processos, a identidade de fins. E assim, um grupo de homens lançou as bases do que hoje se chama o Partido Republicano Evolucionista. Estão já todos os elementos arrumados? Não. Porventura muitos dos que estão do outro lado para aqui virão, e quem sabe se alguns dos que hoje estão connosco amanhã passarão para o outro lado. Bem podemos dizer, não só pelo que diz respeito à arrumação actual das forças partidárias, mas pelo que respeita também à arrumação geral, que ela está muito longe de ser a arrumação definitiva. Encontramos-nos na situação da dona de casa que tem necessidade, para um pouco de ordem, de colocar os seus móveis, na casa nova para onde entrou, um pouco precipitadamente, um pouco no ar.

O novo arrumo definitivo há de fazer-se ainda. E é para isso que o Partido Evolucionista trabalha com fé e ardor. Foi assim que apareceu o Partido Evolucionista. Primeiro, um reduzido grupo de homens. Em breve, robustecido por um evidente movimento geral, tornado uma força que nada vencerá. Mas o Partido Evolucionista tem uma missão imediata a cumprir. Não é uma força cega, hesitante e inconsistente.

Essa missão imediata é a adaptação da República ao País e a integração do País na República. Parece coisa fácil, e, todavia, é bem difícil e complexa. A verdade é que a República ainda não está adaptada à nação. Nós os que fizemos a República, fizemos uma República nossa e para nós. Demos um balanço às nossas ideias, às nossas crenças, aos nossos sentimentos. E perante o resultado que tiramos, fizemos uma República que com elle se coadunasse. As ideias da nação, os sentimentos da nação, as crenças da nação? Disso não se coufo, com isso não nos importamos pensando—loucos que fômos!—que alguma coisa de eficaz poderíamos fazer contra a nação e a pesar da nação!

Sonhamos uma República tal-

vez nacionalista, talvez livre-pensadora, talvez socialista. E como a sonhamos, supozemos que de um dia para o outro, o país que era sentimental e católico e individualista passaria a ser o que a nossa fantasia sonhara e delineara. Parece que estes três anos de experiência devem ter tirado a ilusão a muita gente.

Bem pouco me importam as fórmulas e os símbolos, tanto me preocupa o fundo das coisas. O rótulo nada vale, nada significa. Para que hei de eu preocupar-me com a corôa, simbolo do antigo regime, que se exhibe na frontaria de uma repartição pública, se o que vale é o sistema da administração adoptada nessa repartição, sistema que pode ser o mesmo ou peor, depois de substituída a corôa, sistema que pode ser incomparavelmente superior, apesar da corôa? Toda a gente se preocupou com a substituição de fórmulas e de símbolos. E bem poucos foram os que ligaram atenção ao fundo das coisas, o único que vale, o único que deve ser modificado. E assim aconteceu que a República fez-se nos símbolos e nas fórmulas. Mas a nação ficou estruturalmente, intrinsicamente a mesma. Porque não fizemos a República para a nação, porque passamos por cima da nação porque quebramos bruscamente o fio tradicional da nação, retraindo-se esta e deixando-nos actuaes simplesmente sobre as aparências, sobre o que se vê, sobre o que é vão. Daí a conveniência de adaptarmos a República às necessidades e às condições do país. Como consequência dessa adaptação, vem o outro aspecto da missão imediata do Partido Evolucionista: a integração do País na República. A monarquia morreu, porque o país a abandonara. A monarquia não era má por ser monarquia. Os regimes não podem ser julgados pelas razões teóricas da sua estrutura, mas sim pela aplicação que tem e pelo exercicio que deles se faz. A monarquia portuguesa não era má por ser monarquia. Era má, porque não correspondia às necessidades da nação, porque todos os esforços empregados para que ela desse ao país a prosperidade, a tranquilidade e o futuro de que elle carecia, falharam estrondosamente. A República de hoje não é boa por ser República; é boa porque nós temos a certeza de que amanhã, integrada a nação na forma republicana, despertada a consciência nacional, desenvolvidas as suas energias, posta a nação a dirigir-se, a governar-se, a administrar-se, a República convirá aos mais altos e legítimos interesses gerais. Hoje, a República sustenta-se apoiada em dois elementos: um, activo, formado pelos que a fizeram; o outro, negativo, formado pela apatia, pelo indifferntismo do maior numero. A República, hoje, dá a impressão de que é um órgão estranho à vida do país. É preciso, pois, integrar este na Republica, depois de se ter adaptado a Republica ao país. Simplesmente isto não se consegue com uma simples disposição de lei. Leva mais tempo e é mais difícil. Superior a todos os problemas, condição *sine qua non*, para a resolução eficaz de

todos os problemas nacionais, é o problema da ordem.

Enquanto o problema da ordem se mantiver sem solução, enquanto não houver quem, com coragem, firmeza e decisão o encare, todas as soluções dos outros problemas, são estérís e perdidas. O problema da ordem tem dois aspectos: a ordem espiritual e a ordem material ou temporal. Ordem dos espíritos e dos corações e ordem nas ruas.

Enquanto nós vivermos como vivemos hoje, pensando, de manhã até à noite, ou na vingança que sobre nós exerceram ou na vingança que queremos exercer sobre outros, ou na ofensa que fizeram aos nossos sentimentos, ou na maneira de ofender o sentimento dos outros, ou no ataque que temos de fazer aos adversários ou no modo de nos defendermos do ataque previsto ou suposto, nunca poderemos dedicarnos proficuamente ao trabalho, fonte única da nossa riqueza.

A ordem espiritual foi alterada pela República com medidas violentas e ofensivas dos sentimentos íntimos da nação. É preciso falar com clareza e sem palavras equivocadas. A Lei da Separação foi o principal factor da alteração da ordem espiritual. Não há ninguém, por mais forte, mais sábio e mais audacioso que seja, que tenha o direito de interferir, de perto ou de longe, directa ou indirectamente, nos melindrosos e sagrados sentimentos da minha consciência, nas delicadas e impressionáveis tendências do meu pensar. A minha consciência nada tem que ver com a consciência dos outros. A Lei de Separação tem, pois, que ser revista e modificada de harmonia, não com as minhas teorias religiosas, não com as minhas teorias scientificas, mas única e exclusivamente de harmonia com os sentimentos religiosos da nação e com as opiniões da nação. A ordem espiritual restabelece-se, pois, modificando todas as medidas que provocaram a sua alteração. E a ordem temporal, a ordem das ruas, também depende da atitude da República, o seu restabelecimento. Politicamente, vivemos numa dictadura disfarçada; administrativamente, vivemos em franca dictadura; e em matéria de regalias individuais, vivemos numa deplorável tirania. É preciso respeitar os direitos da extrema esquerda revolucionária e respeitar os direitos da extrema direita monárquica.

Não me atemorizam as opiniões dos monárquicos, como não me atemorizam as opiniões dos sindicalistas. Que essas opiniões se manifestem e se expandam, dentro dos limites impostos, não por leis arbitrárias e liberticidas, mas pelas próprias condições normais da ordem social. Foram absolutamente monstruosas, profundamente prejudiciais aos interesses da Pátria e da República, essas tristes manifestações de Lisboa, feitas contra a Associação da Agricultura, que no uso legítimo do seu direito, ia ao Parlamento entregar uma representação contra uma medida que, no seu entender, era lesiva dos seus interesses. Qualquer que fôsse a sua opinião, e quaisquer que fôsem os termos que a expressassem, com isso na-

da tinha a multidão das ruas, essa desocupada multidão que, impunemente, um dia inteiro, apunhou, apedrejou, insultou e agrediu quem quiz. Se no tempo da monarquia, qualquer junta de paróquia insignificante, qualquer centro republicano de nulo valor, quizesse ir ao Parlamento entregar uma representação, e um punhado de monárquicos os não deixassem,—ai que ondas de indignação, que revoltas, que improperios, que ameaças não teriam saído da nossa boca! E, todavia, a Associação de Agricultura, que vale um pouco mais do que a junta de paróquia e o centro acima citados, viu-se bloqueada, desfeiteada e impedida do livre exercicio do seu direito. É preciso garantir as liberdades individuais. A monarquia porque as reprimiu (e não o fez, todavia, com a violência que temos adoptado)—afundou-se. Pois nós, se não vivermos com elas, e garantindo-as e respeitando-as, também nos afundaremos!

Se, para restabelecer a ordem espiritual é preciso modificar as leis que a alteraram, para restabelecer a ordem temporal, é preciso garantir as liberdades que, existindo no código fundamental da nação, nos nossos discursos e nos artigos dos nossos jornais, são, todavia, no mundo dos factos, uma pavorosa ilusão.

Os meios, pois, de que o Partido Evolucionista tem de lançar mão, para atingir o fim que tem em vista e que nós deixamos acima indicado, são, antes de mais nada, a resolução do problema da ordem, e, depois, a captação das forças vivas da nação.

As forças vivas da nação

As forças vivas da nação são a Agricultura, a Indústria e o Comércio. Constituem-nas os proprietários e os trabalhadores rurais, os industriais e os operários, os negociantes e os empregados do comércio. Até hoje, essas forças vivas, únicas razões de ser da nossa existência, só tem servido para uma iniqua exploração. Nunca se pensou em valorizá-las, em colocá-las nos lugares a que tem indiscutível direito. Optimas para a tributação, para o sacrificio, ninguém se lembra delas para os beneficios e para os carinhos. Há que valorizar suas forças. Como? Desenvolvendo, alargando e superiorizando o ensino tecnico agrícola, industrial e comercial. Reformou-se o ensino superior, reformou-se o ensino primario, julgo que se está pensando em reformar o ensino secundário. Pois o ensino tecnico agrícola, industrial e comercial, sofreu uns empurrões anarquizados e sem ponto de vista, louváveis, por certo, na sua restricta esfera de acção, mas absolutamente impróprios para um fim de largo alcance nacional. É preciso valorizar as forças vivas, começando por valorizar o ensino das suas funções. Urge desviar a juventude portuguesa do ensino das Universidades, do exercicio das profissões liberais, para escolas tecnicas e para o exercicio das profissões activas. É preciso ensinar à juventude portuguesa que não é incompatível a delica-

deza de sentimentos, de maneiras e de falas, com o emprêgo activo da nossa vida e com as funções agrícolas, comerciais e industriais. E' preciso que o filho da classe média não ande a espiar o reduzido pé de meia dos pais para o ir empregar numa balôfa e inutil formatura; é preciso que o filho dos ricos não pense em servir-se do tesouro paterno para aquisição de um diploma de que não sabe fazer, de que não quer fazer uso.

Opunhamos uma barreira a essa onda de diplomatas que por aí enxameia, à cata do caldo orçamental, sem competência, sem saber e sem fé, e procuremos estimular os que às profissões activas se dedicam. Dificultar a entrada nos cursos superiores é uma grande medida. Aplaudi com todo o entusiasmo do meu coração e toda a simpatia do meu cérebro, a carestia das propinas universitárias, proposta pelo nosso querido amigo, dr. António José de Almeida.

Lembre-mo-nos de que o País não é nem pode ser—como nunca foi—um país de letrados, de doutores, de mandarins. Foi o Trabalho que o fez; é o Trabalho que o sustenta; ha de ser no Trabalho que ha de ter o seu futuro. Dignifiquemos o Trabalho; valorizemos, espiritual e moralmente o Trabalho.

E' incompreensível que o nosso Parlamento, que se diz representante do nosso país, quasi não tenha nem agricultores, nem comerciantes, nem industriais. Quem representa as três grandes forças vivas da nação? Médicos, advogados, militares—isto é precisamente os que menos aptos estão a tratar dos assuntos que a essas forças interessam. Dai, o aparecimento de vaidosas e impertinentes criaturas que, repletas de uma profunda ignorância e de uma eloquente incompetência, se põem a legislar e a tributar e a ofender a Agricultura, o Comércio e a Indústria. Entendo que o Parlamento devia ter as suas funções limitadas à matéria do orçamento e impostos, ficando o poder Executivo com o encargo de constituir comissões técnicas formadas por competentes, encarregadas de elaborar as medidas que houvesse necessidade de tomar. Isto seria um meio de dominar o Parlamentarismo, cancro que roe a

vida das nações latinas. Por muito vastos que sejam os meus conhecimentos e por muito poderosas que sejam as minhas faculdades, nunca eu estarei tam apto a tratar de assuntos agrícolas, comerciais e industriais, como as figuras representativas da Agricultura, do Comércio e da Indústria.

Valorizemos as forças vivas, pois. E o que precisamos, também, é de conhecer a riqueza nacional, ou seja a riqueza dessas forças. A República não tem elementos, não está habilitada a dizer qual o valor material da riqueza do país. Pois enquanto o não souber, não pode, com justiça, com proveito, distribuir encargos novos ou agravar os já existentes. E' uma loucura, é um crime fazer o que se tem feito, o que se está fazendo: arbitrariamente, fantásticamente, despoticamente, computar em tal e tal algarismo o valor da propriedade imobiliária, e partir dessa avaliação arbitraria para uma tributação. Façamos, primeiro, o balanço da nossa riqueza, e, depois, tributemo-la conforme as necessidades da nação. Das forças vivas nacionais, a mais sobrecarregada, é a Agricultura. E todavia ela não pode mais, ela está exausta, e pedir-lhe mais do que ela pode dar, é uma barbaridade, é atentar contra a situação económica do país, é obra que só cabe na cabeça dos loucos e dos mediocres teimosos. Uma justa avaliação da propriedade rústica, o fomento da emigração interprovincial, o justo equilibrio entre a excessiva divisão da propriedade no norte e as consequências da situação latifundiária do sul; a revisão das pautas para uma justa e aproveitável decisão do imposto industrial; tratados de comércio, desenvolvimento da marinha mercante, eis enormes obras a realizar para conseguirmos a captação das forças vivas. Isto é um país adorável. Povo manso e sofredor até ao último dos sacrificios, dêle tem abusado consideravelmente todos os mediocres ditadores mais ou menos encobertos que por aí tem aparecido. Atenda-se neste silencio destes três anos. Fêz-se a República e o país em silencio. Aceitou a República. Legislou-se sensatamente raras vezes, atrabiliariamente, violentamente, quasi sempre, e o país em silencio. São eleitas as Constituintes. O país não votou. As Cons-

tituintes não representaram o país, o que não impediu que se transformassem em legislatura. E o país em silencio. E há três anos que o país aguenta, calado e resignado, uma ditadura administrativa intolerável que só serve para anarquizar os negócios municipais e servir os mesquinhos interesses partidários. Qualquer que seja o valor pessoal das criaturas que estão exercendo esses cargos, a verdade é que neles estão abusivamente, porque o país não disse que oqueria, e, em regimen constitucional, só a vontade do país vale. Mas é um adorável povo. E' preciso, pois, tratá-lo como êle merece, engrandecendo-o e prestigiando-o.

Eu disse que é preciso fazer a adaptação da República. Ela faz-se, resolvendo-se o problema da ordem. E' preciso integrar o País na República: isso congue se, captando-se as suas forças vivas.

Conclusões

a) Política administrativa e administração política

Até hoje, tem-se feito administração política, isto é, administração partidária, gregária, de grupo.

E' preciso começarmos a fazer política administrativa, isto é, política da nação e para a nação, sem repararmos se os beneficiados com elas são nossos adversários, antes preocupados sempre com os benefícios que dela advenham, abranjam correligionários e adversários. Até hoje, só se atende os interesses dos amigos.

E' preciso começarmos a atender os interesses da nação. Parece-me que a formula que adopto, é perfeita: em vez da administração política que até hoje se tem feito, iniciemos a era da política administrativa.

b) Solidarização das classes e desagregamento das classes

Se todas as classes participam dos benefícios do Estado, que todas as classes participem dos seus encargos. Não compreendo uma Republica feita para os pobres contra os ricos ou feita para os ricos contra os pobres; não compreendo uma Republica feita para os livre-pensadores contra os católicos ou vice-versa; não com-

preendo uma Republica feita contra senhorios ou contra inquilinos, a favor de inquilinos ou senhorios, nem de patrões contra operários ou destes contra aquêles. O que compreendo é uma Republica feita para pobres e ricos, católicos e não católicos, senhorios e inquilinos, operários e patrões. Não semeemos o odio entre as classes, a incompatibilidade entre elas. Antes procuremos sempre solidarizá-las, integrá-las na vida geral, interessá-las na vida colectiva, levando-as a trabalhar irmãmente, ajudando-se sempre. E' uma monstruosidade sociológica supôr que as violências feitas a uma classe não se reflectem mais tarde ou mais cedo sobre todas as outras. Tratá-las a todas como cooperadoras do bem comum, eis o nosso dever, eis o dever legitimo da Republica, eis o dever do Partido Evolucionista.

Vou terminar. Mas não quero fazê-lo sem dirigir aqui, aos que me ouvem e aos que porventura tenham amanhã conhecimento das minhas palavras, um apelo sincero e muito claro. Que um espirito de profunda tolerância nos inspire sempre. Que o respeito mutuo nunca nos abandone. Acima de tudo, somos portugueses. Republicanos, monárquicos, anarquistas, socialistas, católicos, livres-pensadores, protestantes, etc. Tudo isso se apaga perante esta qualidade comum: filhos da terra portuguesa. Embora o não queiramos e teorias fantasistas nos sugestionem — nós somos todos portugueses.

Por muito miseráveis que sejamos, alguns benefícios estamos gosando. E esses benefícios foram conquistados pelas gerações passadas, à custa de muito esforço, de muito sofrimento. Nós vivemos muito do Passado. Prestemos, pois, ao Passado o culto do respeito que lhe é devido, e paguemolhe, trabalhando para o Futuro. Evoco, neste momento, o exemplo dessa nobre França que até na desgraça é bela: todos, bonapartistas e orleanistas e republicanos, a nação inteira se encontra unida e firme em volta da República, só porque a sombra dum perigo se avoluma no horizonte.

E ficam sem eco os esforços duns desvairados que ainda tentam desdobrar teorias e fantasias,

como se os factos não fossem quem conduz os homens e quem destina o futuro das nações. Pois bem. Também nós, diante do perigo interno que está neste retraimento, neste isolamento que para aí vai, e do perigo externo que está na provável, possível mutação das condições europeias, nós todos devemos dar-nos as mãos, quaisquer que sejam os nossos ideais políticos ou religiosos, para que este país seja grande, próspero e independente ou insuspeito. Antes da República, como alguém desafiasse o meu republicanismo, perguntando-me o que fazia, diante de Portugal independente com monarchia ou Portugal sujeito ao estrangeiro com República, eu respondi concreta e definitivamente: não hesito, vou com a monarchia. E entretanto, eu bem amo a República e por ela sacrifiquei tudo quanto tinha a sacrificar. A monarchia não volta: não tem pessoal, não tem gente. Não souberam defendê-la, os que tinham por obrigação fazê-lo. Faliu. Não é esta a República que a nação quer? Pois que a nação diga a que quer. Mas diga-o. Eu apelo para o patriotismo de todos, porque bem sei que em todos há um profundo, um entranhado, um inabalável amor a esta bela terra portuguesa, a esta linda terra de Portugal, e que todos sofrem, só com a idea de que ela é feita e sustentada à custa de tanta canceira, pudesse, amanhã, ser explorada e calcada por quem nada em seu beneficio fêz.

Portuguêses todos, tenhamos amor a Portugal, tornando-o respeitado e querido. Que todos os valores nacionais, pois, assumam de facto a direcção do país. E' a politica que aconselho, hoje, que sou um modesto, anónimo elemento do meu partido; é a politica que eu efectivaria, amanhã, se os caprichos do Destino me collocassem em condições de poder fazer alguma coisa. E nesta grande obra em que andamos empenhados, tenhamos sempre em vista este principio que muito me apraz enunciar: «Estimular a riqueza nacional pelo melhor aproveitamento dos seus elementos, e nunca pela irregular e arbitraria tributação das suas forças.

Tenho dito.»

(Da «Republica».)